

**Padrão de  
Nomes Uniformes  
para Normas, Matérias e  
Jurisprudência**

**Fernando Ciciliati Jr.**

INTERLEGIS

**João Alberto O. Lima**

PRODASEN

1º e-Legislação – ALESP

26 de agosto de 2005

Apresentação baseada no trabalho:

# The Uniform Names for Measures adopted in Italian Legal Environment

**PierLuigi Spinosa**

Institute of Legal Information  
Theory and Techniques  
*National Research Council*  
(ITTIG / CNR - Florence)

Workshop on “Legal XML”  
*Maggingen/Macolin, 17-19 March 2004*

# Motivação

- Cenário:

Uma **infinidade** de documentos normativos (normas, regulamentos, jurisprudência) e de projetos de documentos (matérias legislativas, proposições) **publicados em redes de computadores privadas ou na internet**

- Exemplos:

- Constituição Federal:

[“http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/”](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/)

[“https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm”](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

- Lei nº 8.666:

[“http://www2.uerj.br/~diplan/pdf/lei8666.pdf”](http://www2.uerj.br/~diplan/pdf/lei8666.pdf)

[“http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei8666.pdf”](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei8666.pdf)

- Possibilidades:

- **Busca** de documentos

- Consulta a um **documento específico**

- Criação de **links** entre documentos, **para navegação**

# Motivação

- Fato:

Utilização de **URLs** (endereços de páginas e de recursos na internet) para a identificação, a localização e o acesso a documentos normativos

- Problemas:

- As URLs foram criadas como **ferramenta** para a solução de problemas de **informática** (e não problemas legislativos ou normativos), e, por isso:

- \* Carregam informações como nome do computador na rede, diretório, nome de arquivo;

- \* Sob o ponto de vista do negócio, não possuem regra de formação uniforme, ou de dedução lógica;

- \* São vulneráveis a alterações do ambiente tecnológico onde os documentos estão armazenados/publicados;

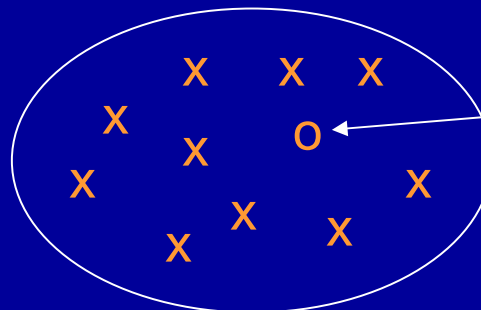
- \* Não trazem, praticamente, nenhuma informação relevante a respeito da identificação correta e segura do documento.

# A solução: URNs

Uniform Resource Names (URNs) são identificadores **não-ambíguos** e **duradouros** para recursos disponíveis em uma rede, e são:

- **independentes** de tecnologia, modo de acesso, localização física e disponibilidade
- concebidos pela comunidade **Internet** como um tipo de **URI**, portanto, de acordo com **padrões bem estabelecidos**
- **construídos de forma lógica**, a partir de um conjunto de regras sintáticas e semânticas bem definidas

universo de todos  
os documentos  
legais



“nome uniforme”

# URNs (exemplos)

## Lei nº 8.666:

- “urn : lex : br : federal : lei : 1993-06-21;8666”

ao invés de

“http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102466”

## Constituição Federal de 1988:

- “urn : lex : br : federal : constituicao.federal : 1988-10-05;lex-1”

- “urn : lex : br : federal : constituicao.federal”

## Código Civil:

- “urn : lex : br : federal : lei : 2002-01-10;10406”

- “urn : lex : br : federal : codigo.civil”

## Lei estadual (SP) nº 6.134, de 2 de junho de 1988

- “urn : lex : br;sp : estadual : lei : 1988-06-02;6134”

## Instrução normativa SRF nº 117, de 6 de outubro de 1998

- “urn : lex : br : ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal : instrucao.normativa : 1998-10-06;117”

## E essas URNs?

“urn : lex : br;sp : secretaria.fazenda : resolucao : 2005-01-15;322”

“urn : lex : br;sp;sao.paulo : camara.municipal : requerimento : 2005-03-01;451”

“urn : lex : br;sp;campinas : camara.municipal : projeto.lei : 2004-11-23;4903”

“urn : lex : br;sp;campinas : prefeitura : mensagem : 2004-08-20;290”

“urn : lex : br;sp : estadual : constituicao.estadual ”

# Motivação para a Adoção do URN

- Idéia da criação de um **ambiente de hipertexto global** para o universo de documentos legais: a possibilidade de **navegar**, de forma simples, por todas as referências existentes em um ambiente distribuído e heterogêneo;
- Eliminação dos **problemas** relacionados ao uso, para a identificação de um documento, de informações sobre a sua localização física na rede (p. ex, com a **URL** (*Uniform Resource Locator*), uma combinação de protocolo, máquina, diretório, arquivo, ...):
  - a dificuldade em se **conhecer, a priori**, a localização do recurso desejado;
  - a perda da **validade** das referências com o passar do tempo, pelas mudanças de localizações;
  - a **impossibilidade** de fazer referência a recursos que ainda não foram publicados.

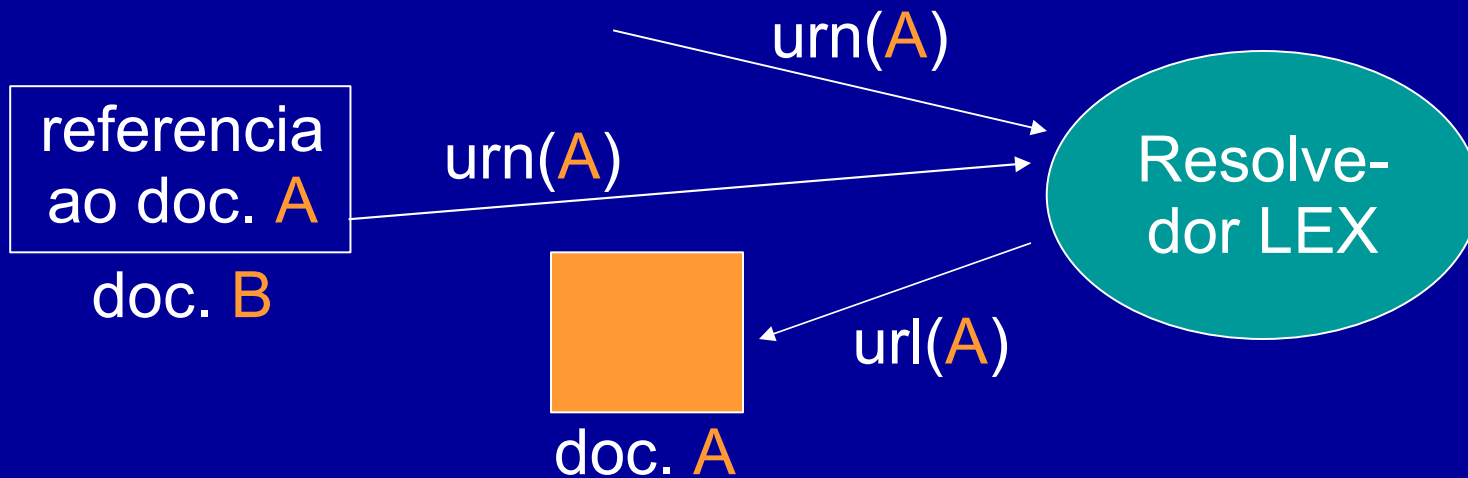
Esses problemas tornam a **rede** de ligações entre documentos:

- Extremamente **limitada**, com respeito às potencialidades
- **não-confiável** com o passar do tempo

# Usos das URNs

O nome uniforme pode ser usado:

1. Para a **navegação** por meio de referências entre documentos (links) ou para a **recuperação** direta de um documento na rede



2. Para representar formalmente **relacionamentos** entre documentos

ex.: se o **doc.B modifica** o **doc.A**

*formalização* --> urn(B) **ModAtv** urn(A)

obtendo-se também relacionamentos derivados:

urn(A) **ModPasv** urn(B)



# Requisitos do Sistema de URNs LEX

1. Um **ESQUEMA** (conjunto de regras) para a atribuição de nomes, capaz de representar:

- qualquer documento **normativo** (legislativo, administrativo, judicial)
- emitido por qualquer **autoridade competente** (nacional, regional, local)
- a qualquer **tempo** (passado, presente e futuro)

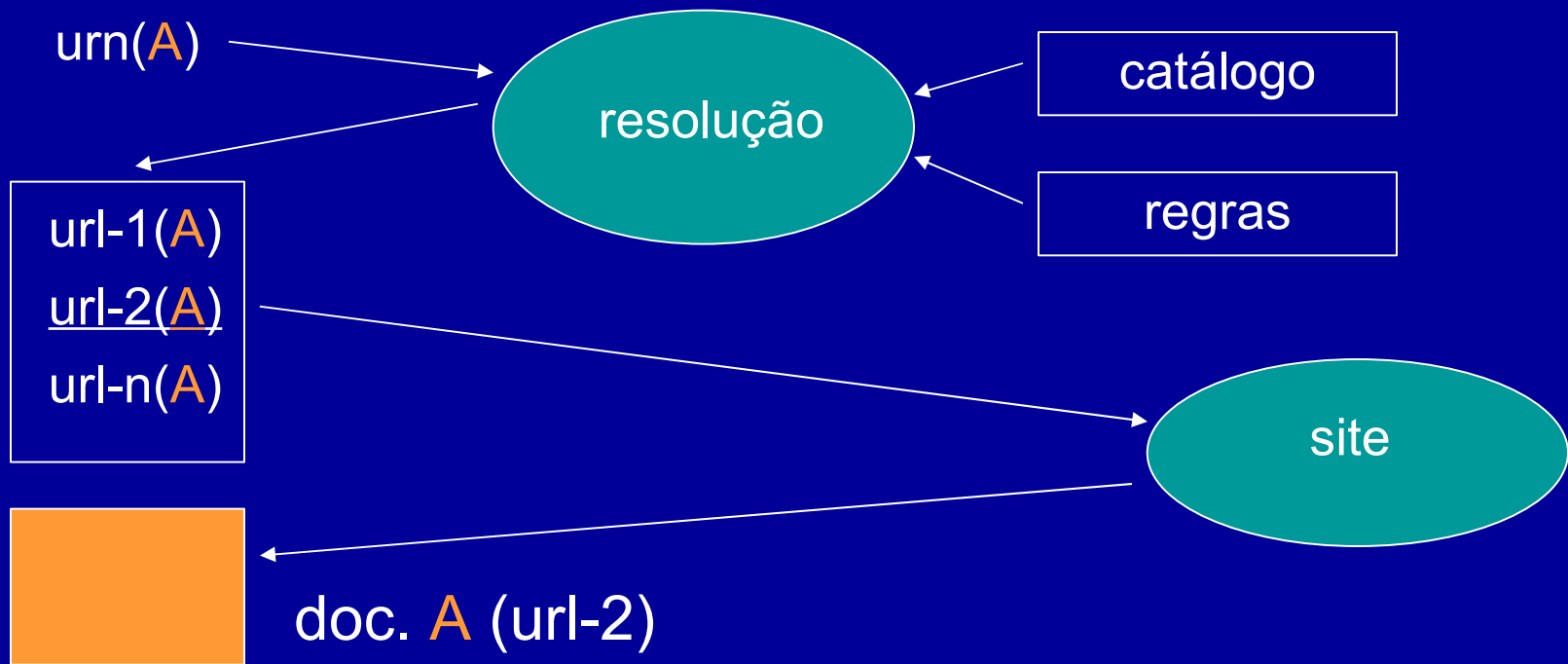
**Modelo:** empregar um sistema baseado nos **detalhes significativos** do documento referenciado, coerente com a prática de citação no meio jurídico (bem como em qualquer outra disciplina).

ex.: **art. 25 da lei n. 8666 de 1993**

**art. 148 do código civil**

# Requisitos do Sistema de URNs LEX

2. Um mecanismo de **RESOLUÇÃO (mapeamento)** de nomes uniformes para uma localização física on-line (URL)  
[**centralizado** ou **distribuído** (delegações de domínios específicos)]



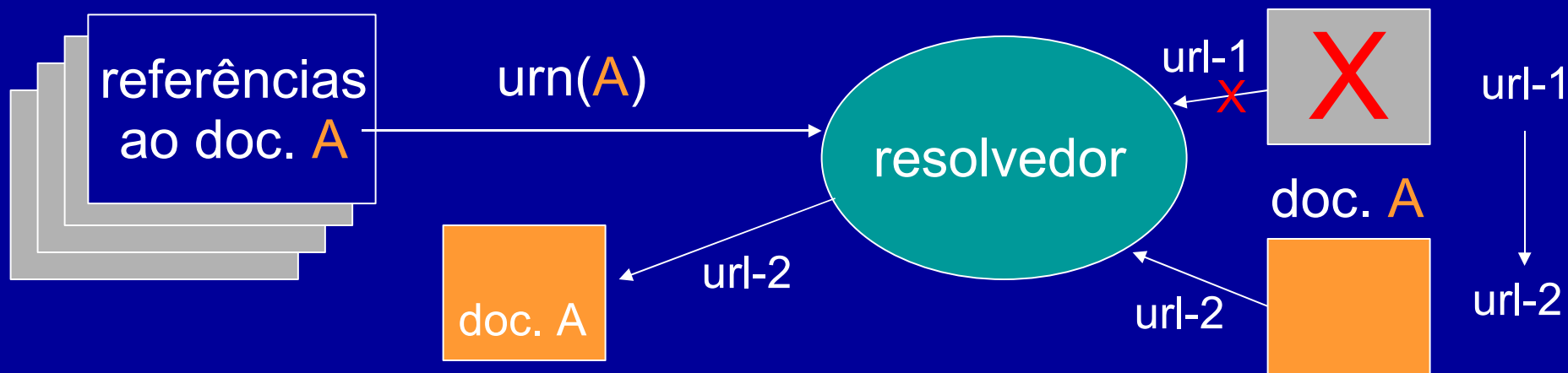
ex.: <urn:lex:br:federal:lei:1993-06-21;8666>

--> <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei8666.pdf>

--> <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102446>

# Os Mesmos Problemas da URL? NÃO!

- o conhecimento do **endereço de rede** interessa apenas ao processo de resolução, e não ao sistema inteiro de referências
- se um documento é **movido** ou **renomeado**, apenas o endereço no catálogo do resolvidor precisa ser atualizado: o link de referência permanece absolutamente válido



- a **atualização** do catálogo pode ser automatizada, armazenando-se nos metadados do documento o seu URN

# URN versus URL

características	URL	URN
univocidade	Recurso na rede	Documento
base	Localização na rede	Detalhes significativos
persistência	não	sim
atualização	Todos os links	Apenas no resolvedor
acesso ao recurso	Direto	Pelo resolvedor
recursos na rede	Um	Nenhum, um ou mais
construção lógica	impossível	Pelas regras do <i>namespace</i>
automação	Muito difícil	Por referências
browser	diversos	nenhum

# URN Association with Document

In **XML** documents:

- own URN: value in a **metadata**
- links to others documents: have **URN** as argument

```
<?xml ... ?><NIR>
<Legge>
  <meta>
    <urn>urn:nir:stato:legge:...</urn>
    ...
  </meta>
  ... text text text text text text

<rif xlink:href="urnB">doc.B</rif>

text text text text text text
...
```

In **HTML** documents:

- own URN: value in **META** tag
- links to others documents: have **resolver** address + URN

```
<html><head>
...
<META name="nir.urn"
  content="urn:nir:stato:legge:...">
...
</head>
<body>text text text text text text text

<a href="http://site/resolv?urnB">doc.B
</a>

text text text text ...
```

# ESQUEMA: Estrutura para o 'lex'

<localidade> : <autoridade> : <tipo> : <detalhes> : <anexo>? @<versão>?  
#<partição>?

Com as seguintes articulações:

<localidade> ::= <país> ; <estado>? ; <município>?

<autoridade> ::= (<instituição> ; <órgão>\* ; <função>?) |  
<entidade>

<tipo> ::= <tipo\_documento> ; <especificação>\*

<detalhes> ::= <data> ; <número>

<anexo> ::= <id-anexo> ; <especificação>\*

<versão> ::= <data-modificação-norma>

<partção> ::= <id-partição>

[ ? = 0 ou 1 vez, \* = 0 ou mais vezes ]

# Mais vantagens no uso de URNs

- Os nomes uniformes dependem somente dos **detalhes significativos** do documento referenciado

==> Torna as referências **duradouras, pois** o nome do documento não muda com o tempo;

- A derivação (formulação) de uma URN a partir do nome do documento é um processo bem definido, dependendo apenas das regras estabelecidas no esquema

==> A “dedução” das URNs torna-se lógica e simples, viabilizando, inclusive, a sua geração de forma automatizada a partir de dados estruturados ou do próprio texto (como uso de parsers)

\*\*\* site do NiR \*\*\* : <http://www.nir.it>

# Regras de Sintaxe do Esquema

## a. caracteres

- permitidos: minúsculas, dígitos, ".", etc.
- reservados: ":", ";", "+", ",", "-", "@"
- vedados: "/", "%", "#", "?"

## b. conversão de caracteres

- maiúsculas: em minúsculas
- letras acentuadas: em formas básicas (ex.: à -> a)
- espaço: em "."
- conectivos (preposições) e pontuação: eliminados

## c. siglas e abreviações

- não aceitas: usar forma extensa (es. Min. -> ministério)

## d. formatos

- data: aaaa-mm-dd (ex.: 2001-12-03)
- numeros ordinais: convertidos em arábicos (ex.: 1º, primeiro -> 1)



# Regras básicas do Esquema (1)

## a. autoridade

- autoridade múltipla (+)

`ministerio.fazenda+ministerio.planejamento:nota:1999-12-21;537`

- estrutura interna

`ministerio.justica;departamento.policia.federal;diretor:circular:1995-05-01;cr21`

- entidade ou cargo com força de instituição

`presidente.republica:decreto:2001-09-22;345`

## b. tipo

- tipo genérico (não qualificado)

`ministerio.saude:portaria:1999-12-29;233`

- tipo com especificação eventual

`urn:lex:br;sp;bauru:prefeitura:regulamento;contabilidade:1999-01-15;2`

- referências múltiplas ao mesmo documento (apelidos)

`br:federal:codigo.civil:2002-01-10;lex-1`

`br:federal:lei:2002-01-10;10406`

# Regras básicas do Esquema (2)

## c. detalhes

- múltiplas datas e/ou números (,)

superior.tribunal.justica:sentenca:1998-06-12;c-10-97,c-11-97

- sem numero natural (**lex-xx**)

ministerio.relacoes.exteriores:circular:1999-03-17;nir-1

## d. anexos

- caso constitua documento autônomo (:)

federal:lei:1982-12-31;979:anexo.a;substancias.nocivas

e. versões com alterações consolidadas (@<data-consolidacao>)

federal:constituicao.federal:1988-10-05;lex-1

federal:constituicao.federal:1988-10-05;lex-1@2005-08-10

f. referência a uma partição formal (#) (separador em discussão)

federal:constituicao.federal:1988-10-05;lex-1#art43-par2-inc4

# Uso de URN com um Portal Central (NiR)

1. Software para a **RESOLUÇÃO URN->URL**: (base: NiR)

- utiliza um **Cadastro de Autoridades** para “normalizar” o nome uniforme (correção de possíveis erros na URN de um link)

ex.: `urn:lex:br:ministerio.educacao:portaria:1954-09-26`



normalização (respeitando o contexto temporal)

`urn:lex:br:ministero.educacao.cultura:portaria:1954-09-26`

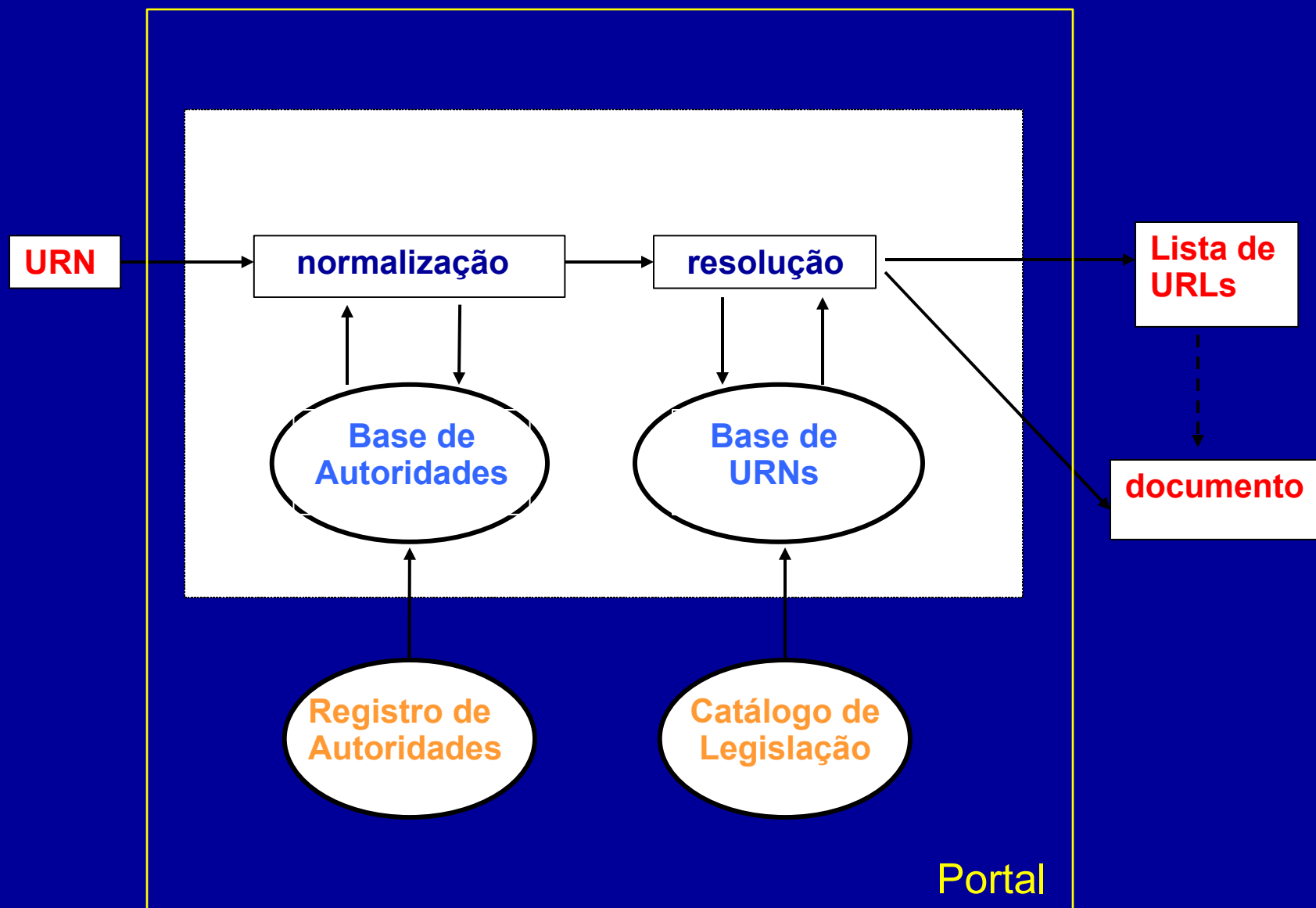
- acessa um **Catálogo de Documentos**

- exibe o **texto** do documento ou as respectivas **URLs**

- eventualmente fornece **informações significativas** contidas no Catálogo (título, data de publicação, ementa, ...)

Para auxiliar na recuperação de documentos, o “resolvedor” também trabalha com **busca parcial**

# Esquema do Processo de Resolução



# Uso de URN com um Portal Central (NiR)

## 2. **PARSER** de referências:

- pode utilizar diversas **fontes**:

digitação pelo usuário, copy/paste na tela, documento no browser, arquivo local, URL de um documento

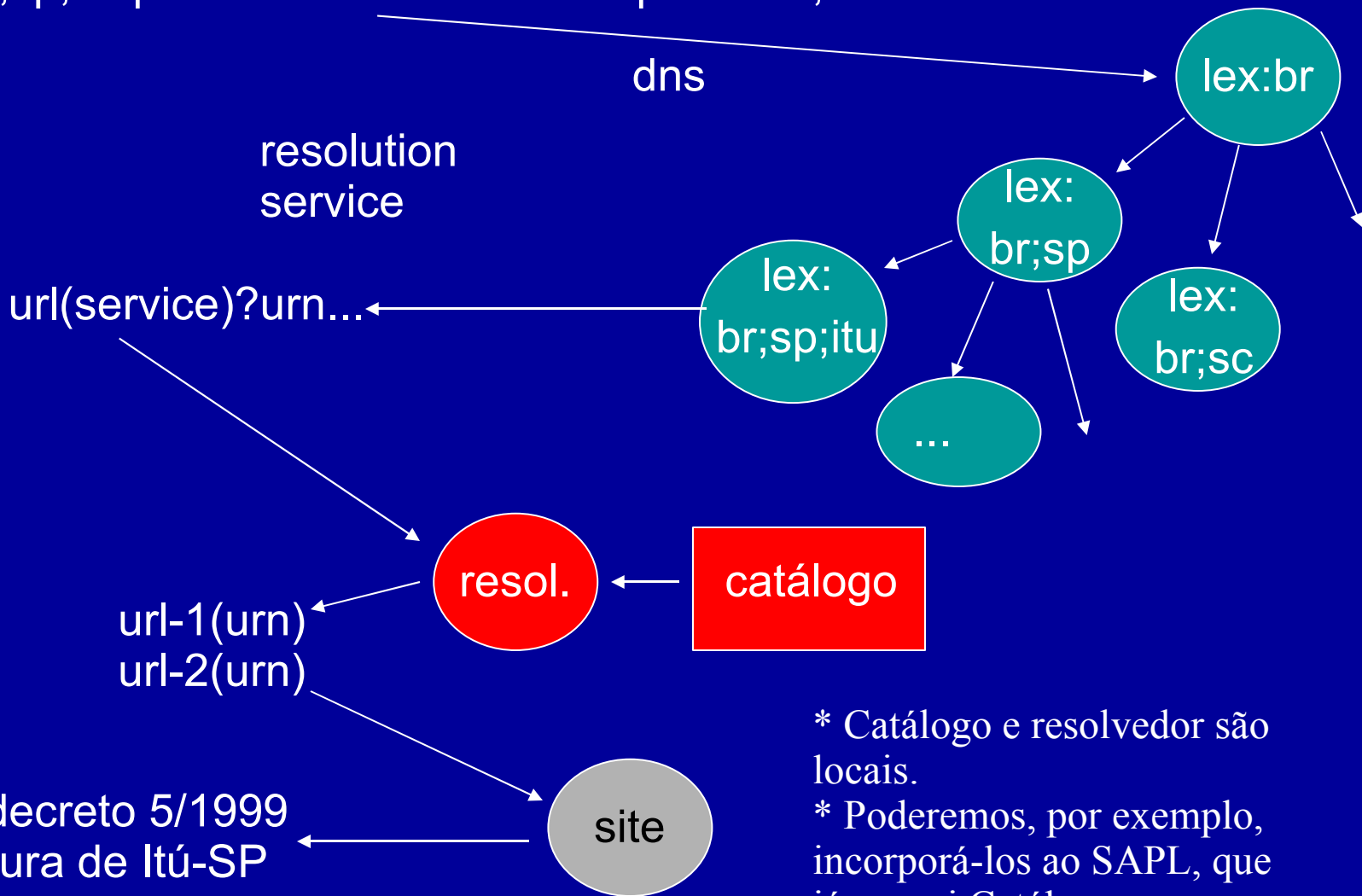
- constrói/gera **nomes uniformes**
- cria **links** de hipertexto
- chama o processo de **resolução**

Pode ser ativado por:

- uma **barra de ferramentas** adicionada ao browser
- um documento **resultante** de uma busca no NiR
- uma área **centralizada** no portal NiR
- uma cópia local **obtida** a partir do portal NiR

# Arquitetura do Sistema de Resolução

urn:lex:br;sp;itu:prefeitura:decreto.municipal:1999;5



\* Catálogo e resolvidor são locais.

\* Poderemos, por exemplo, incorporá-los ao SAPL, que já possui Catálogo

# Attività di supporto per l'adozione dello standard URN

## 1. Formazione

- ciclo di **corsi** in aula
- prodotto **multimediale**

## 2. Registri centrali

progettazione e implementazione di:

- **Catalogo delle norme** (risoluzione)
- **Registro delle autorità emittenti** (normalizzazione)

## 3. Prototipi sviluppati

- NIRmarcatura: inserimento delle **metainformazioni** (URN)
- **normalizzatore** delle URN
- **risolutore** da URN a URL
- **analizzatore** dei riferimenti

# Registri centrali di supporto (1)

## 1. Catalogo delle norme

- > svolge le funzioni di **registro centrale** degli estremi degli atti
- > contiene gli **estremi significativi** (autorità, tipo atto, titolo, ecc.) dei **provvedimenti** pubblicati in **G.U. dal 1948**
  - permette la **ricerca** per estremi
- > consente di associare **metainformazioni** ai documenti
  - base per lo sviluppo della **ricerca avanzata**
- > base per il processo di **risoluzione**
- > contiene **URN** e **URL** (se esistente):
  - dalle **regole di naming** adottate dai siti (automaticamente);
  - dalla **metainformazione** nei documenti (automaticamente);
  - dalla **redazione** (manualmente)



# Registri centrali di supporto (2)

## 2. Registro delle autorità emittenti

- > contiene le **denominazioni ufficiali** delle istituzioni, con:
  - i relativi **periodi** di validità
  - le principali **articolazioni** organizzative
  - le **relazioni** intercorrenti (es. accorpamenti)
  - le possibili **varianti** della denominazione
- > **ausilio alle redazioni** nella compilazione dei nomi uniformi (URN) degli atti normativi referenziati
  - denominazione ufficiale (e codificata) al **tempo** dell'atto citato
- > base per il processo di **normalizzazione**
  - **correzione** di URN costruiti in maniera imprecisa
- > modulo per l'inserimento nel **Registro**

# Experiência Italiana na Implantação do sistema de URN NiR

1. **Proposta** do grupo de trabalho (mar. 2001)
2. **Consulta Pública** aos órgãos da Administração potencialmente envolvidos / interessados (3 months)
3. Lançamento da **versão 1.0** (jul. 2001)
4. **Aprovação** pelo Comitê Técnico do projeto NiR (jul. 2001)
5. Lançamento da **versão 1.1** (nov. 2001)
6. **Circular** n. 35/2001 emitida pela AIPA (Autoridade para a Informática na Administração Pública) disciplinando e recomendando o uso de URNs (nov. 2001)

# Uso da Barra de Ferramentas do NiR

File Modifica Visualizza Preferiti Strumenti ?

Indietro Cerca Preferiti Multimedia

Cerca su NormeInRete: **NiR**

Indirizzo C:\Documents and Settings\PierLuigi\Documents\Convegni\Macolin\Normeinrete - Navigazione URN.htm

DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 30

**"Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."**

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

**NiR toolbar**

**clique em "analisar"**

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come modificato dall'articolo 1, comma 6, lettera e), della legge 24 novembre 2000, n. 340;

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della legge 8 marzo 1999, n. 50;

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa;

Visto il decreto del Presidente della Repubblica recante il testo unico delle disposizioni regolamentari in materia di documentazione amministrativa;

Viste le preliminari deliberazioni del Consiglio dei Ministri, adottate nelle riunioni del 25 agosto 2000 e del 6 ottobre 2000;

Visto il parere della Conferenza Stato-città', ai sensi dell'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, espresso nella riunione del 14 settembre 2000:

# Uso da Barra de Ferramentas do NiR

[DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 445](#)

## "Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

---

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

**resultado do parser**

Visto l'[articolo 87, comma quinto, della Costituzione](#);

Visto l'[articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50](#), come modificato dall'[articolo 1, comma 6, lettera e\), della legge 24 novembre 2000, n. 340](#);

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della [legge 8 marzo 1999, n. 50](#);

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa;

Visto il decreto del Presidente della Repubblica recante il testo unico delle disposizioni regolamentari in materia di documentazione amministrativa;

Viste le preliminari deliberazioni del Consiglio dei Ministri, adottate nelle riunioni del 25 agosto 2000 e del 6 ottobre 2000;

Visto il parere della Conferenza Stato-città', ai sensi dell'[articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281](#), espresso nella riunione del 14 settembre 2000;

Udito il parere del Consiglio di Stato, espresso dalla Sezione consultiva per gli atti normativi nell'adunanza del 18 settembre 2000;

Acquisito il parere delle competenti Commissioni della Camera dei deputati e del Senato della Repubblica;

Vista la deliberazione del Consiglio dei Ministri, adottata nella riunione del 15 dicembre 2000;

# Parsing a partir de resultado de busca no Portal NiR

DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 445

"Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

**Quadro do  
Parser**

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come modificato dall'articolo 1, comma 6, lettera e), della legge 24 novembre 2000, n. 340;

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della legge 8 marzo 1999, n. 50;

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa;

**1. copie**  
**2. cole**  
**3. analise**



Copia e incolla la parte di testo contenente i riferimenti da analizzare [ [Spiegazioni](#) ]

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come

[Scrivi](#)

Analizza

Cancela

# Parsing a partir de resultado de busca no Portal NiR

DECRETO DEL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA 28 dicembre 2000, n. 445

## "Disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa. (Testo A)."

pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 42 del 20 febbraio 2001- Supplemento ordinario n. 30

### 4. Hipertexto com links URN

IL PRESIDENTE DELLA REPUBBLICA

Resultado do parser

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come modificato dall'articolo 1, comma 6, lettera e), della legge 24 novembre 2000, n. 340;

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della legge 8 marzo 1999, n. 50;

Visto il decreto legislativo recante testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa:

Visto l'[articolo 87, comma quinto, della Costituzione](#);

Visto l'[articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50](#), come modificato dall'[articolo 1, comma 6, lettera e\), della legge 24 novembre 2000, n. 340](#);

Visto il punto 4) dell'allegato 3 della [legge 8 marzo 1999, n. 50](#);

### 5. clique em um link



Copia e incolla la parte di testo contenente i riferimenti da analizzare [ [Spiegazioni](#) ]

Visto l'articolo 87, comma quinto, della Costituzione;

Visto l'articolo 7 della legge 8 marzo 1999, n. 50, come

[Scrivi](#)

# Acesso diretto ao Parser no Portal NiR



## SERVIZIO DI TRASFORMAZIONE DEI RIFERIMENTI NORMATIVI IN COLLEGAMENTI IPERTESTUALI



[Aiuto](#)

### Caratteristiche del testo da analizzare

Sorgente dei dati:

Tastiera o copia-incolla

Upload di un file locale

Sfoggia...

Risorsa di rete (URL)

Formato del documento

TXT  HTML  XML

Regione (sottointesa nelle citazioni delle leggi regionali)

### Caratteristiche del risultato

Destinazione

Browser  Disco

diferentes  
origens,  
formatos,  
destinos,  
saídas, ...

Tipo di uscita	Marcatura	Indirizzo base per i link già presenti
<input checked="" type="radio"/> Link inseriti nel documento	<input checked="" type="radio"/> HTML con risolutore NIR	<input type="radio"/> Non richiesto
	<input type="radio"/> XML conforme alla DTD NIR	<input checked="" type="radio"/> Derivato dalla URL
<input type="radio"/> Elenco dei riferimenti	NO (solo: riferimento, URN)	<input type="radio"/> Immesso: http:// <input type="text"/>
<input type="radio"/> Lista delle Urn	NO (solo: URN, posizioni nel testo)	---

Analizza

Cancela

# Resultado do Processo de Resolução

## Risultati Ricerca

**URN=urn:nir:stato:decreto.legislativo:1997-08-28;281**

[Informazioni dal catalogo](#)

Sono state trovate **2** copie del provvedimento rese disponibili da:

- [Parlamento](#)
- [InfoLEGES - Open Community Giuridica](#)

**clique em um link**

**2 recursos foram encontrados para o ato pesquisado**



# Resultado do Resolver quando o recurso não está disponível...



This is a [IANUS](#) technology facility

## Informazioni dal Catalogo delle norme

### LEGGE 23 AGOSTO 1988, N. 400

DISCIPLINA DELL'ATTIVITA' DI GOVERNO E ORDINAMENTO DELLA  
PRESIDENZA DEL CONSIGLIO DEI MINISTRI.

Publicato in: G.U. 12.09.1988 N. 214 SUPPL.ORD.

**no web resource  
found for the act**



This is a [IANUS](#) technology facility

**catalogue information**

# Uso de URNs em outras aplicações

IDG-DOGI / 21.00.01753

Costanzo Pasquale

## La circolazione dell'informazione giuridica digitalizzata: fenomenologia e profili problematici

(Intervento al V convegno internazionale dell'Istituto Documentazione Giuridica (IDG) del CNR sul tema: "Il diritto nella società dell'informazione", Firenze, 2-5 dicembre 1998)

*[Il diritto dell'informazione e dell'informatica](#), 1999, fasc. 3 (giugno), pag. 579-590  
(Bibliografia: a fine capitolo, articolo o simile)*

[F79](#) (teoria della scienza giuridica: diritto e informatica)

[D311321](#) (diritti di privativa: diritto d'autore e d'inventore)

[D04017](#) (libertà: di pensiero (art. 21 Cost.))

(Sommario: - Premessa. - L'informazione tra libertà ed eguaglianza. - L'informazione giuridica nella società complessa. - Il trattamento digitalizzato delle informazioni.

L'informazione giuridica on-line. - Lo statuto dell'informazione giuridica digitalizzata. I limiti pubblicistici. I limiti privatistici)

*art. 5 l. 22 aprile 1941, n. 633*

*l. 7 agosto 1990, n. 241* ← [\[recupera via NiR\]](#)

*art. 24 l. 31 dicembre 1996, n. 675* ← [\[recupera via NiR\]](#)

*art. 1 lett. 1 l. 31 dicembre 1996, n. 676* ← [\[recupera via NiR\]](#)

*Dir. CE 96/9*

**predisposed links  
via URNs**

# “Tropicalizando...”

1. Divulgar a idéia... (hoje estamos aqui)
2. Reunir interessados e formar grupo de trabalho
3. Definir o plano de adaptação/ajuste para a realidade brasileira
4. Dividir tarefas e responsabilidades no desenvolvimento e na manutenção do sistema em funcionamento
5. Colocar para funcionar!
6. Iniciar processos para a normatização

urn:pessoal:muito;obrigado:atenção